



Relatório de Gestão



Cada pessoa que se junta a nós é uma peça fundamental. O nosso crescimento e expansão não são apenas números, mas histórias de vidas transformadas, sonhos realizados e comunidades fortalecidas. À medida que avançamos, nossos passos reverberam por todos os cantos, levando oportunidades e mudando destinos.

União



e movimento

Cooperar é o que nos move

Imagine um mundo onde cada passo dado é impulsionado pelo poder da união. Um lugar onde a solidariedade, a confiança e a colaboração são as forças motrizes por trás do crescimento e do desenvolvimento de cada indivíduo. Bem-vindo ao nosso universo de cooperação, onde acreditamos que juntos podemos alcançar o inimaginável.

Aqui, a cooperação é muito mais do que uma palavra no dicionário, é uma filosofia que permeia cada fibra do nosso ser. Quando nos unimos, movidos pela cooperação, somos capazes de superar desafios e criar um futuro brilhante.

Junte-se a nós e sinta o poder dessa força transformadora.

7

Princípios do cooperativismo



1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



4) Autonomia e independência

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



5) Educação, formação e informação

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



6) Interooperação

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



7) Interesse pela comunidade

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



Para você e sua empresa



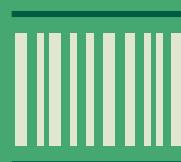
Financiamentos



Empréstimos



Capital de Giro



Boletos



Maquininha



Cartões



Consórcios



Cheques



Aplicações



Seguros



Previdência



Conta Kids



App CredíSIS



Internet Banking

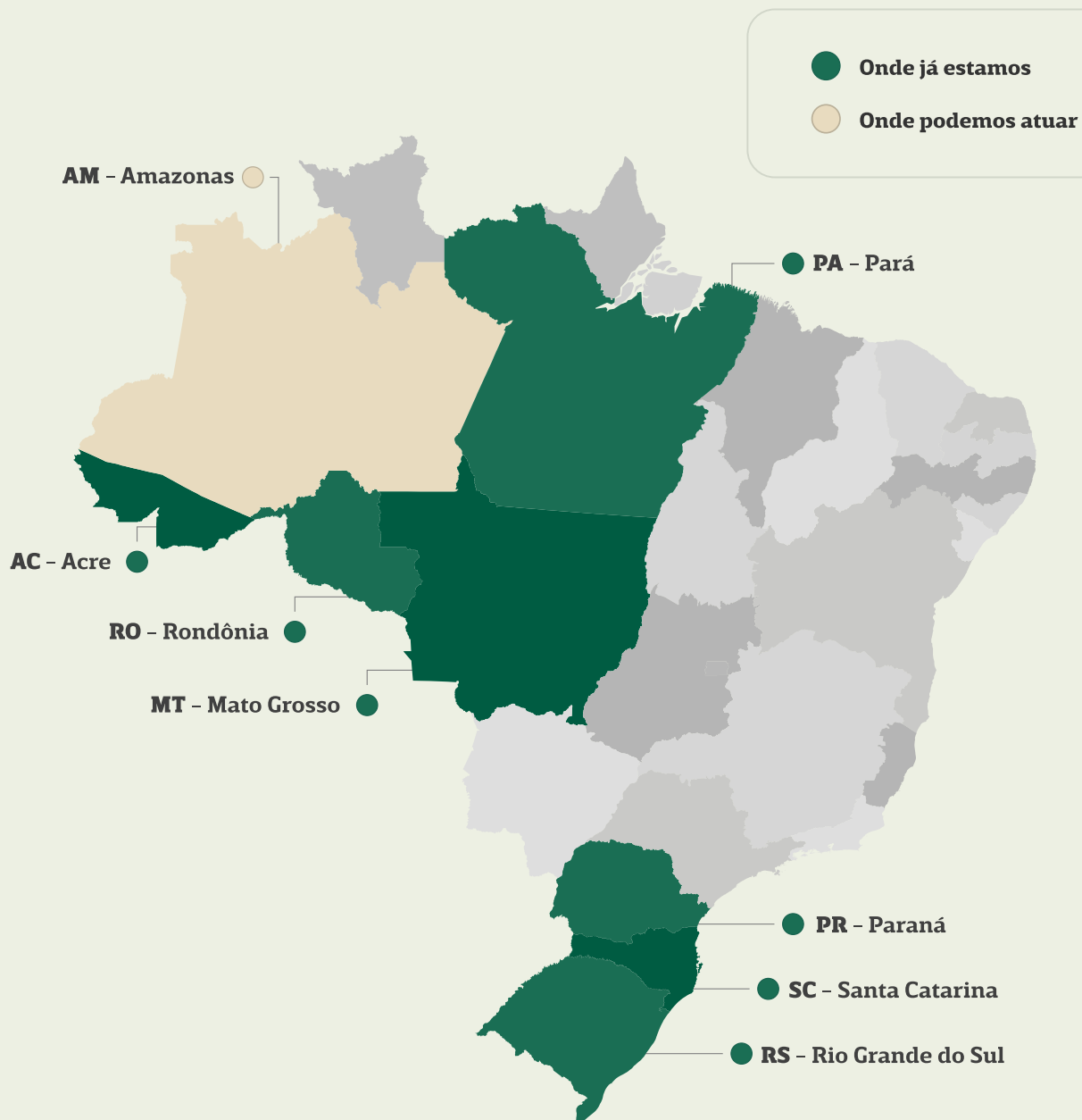


Caixas Eletrônicos



Pix

Mapa de atuação



07 estados • **51** municípios • **10** distritos

12 cooperativas • **71** agências • **70** mil cooperados



A revolução da --- cooperação

Acreditamos na cooperação não como um conceito abstrato, mas como uma força viva que pulsa em nossas veias. Essa força nos conecta a um propósito, nos faz olhar sempre na mesma direção e buscar um objetivo comum: o desenvolvimento pela transformação.

E você está convidado a fazer parte dessa revolução da cooperação. Juntos, vamos escrever uma história de crescimento, fortalecimento e prosperidade.

Sumário

Cooperar é o que nos move	03
7 princípios do cooperativismo	04
Para você e sua empresa	06
Mapa de atuação CrediSIS	07
A revolução da cooperação	08
Parecer do conselho fiscal	10
Palavra do Presidente	11
Relatório da Administração	13
Evolução dos Resultados	15
Ações Sociais ESG	16
Relatório dos Auditores Independentes	17
Demonstrações Financeiras	
Balancos patrimoniais	20
Demonstrações do resultado	21
Demonstrações do resultado abrangente	21
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	22
Demonstrações dos fluxos de caixa	23
Notas explicativas às demonstrações financeiras	24
1 Contexto operacional	24
2 Apresentação das demonstrações financeiras	25
2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação	25
2.2 Continuidade dos negócios	27
3. Políticas contábeis materiais	28
4 Caixa e equivalentes de caixa	31
5 Aplicações interfinanceiras de liquidez	31
6 Títulos e valores imobiliárias	32
7 Relações interfinanceiras	32
8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	33
9 Outros ativos	34
10 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	34
11 Depósitos	35
12 Relações interfinanceiras	35
13 Outros passivos financeiros	36
14 Provisões	36
15 Outros Passivos	36
16 Patrimônio líquido	37
17 Receitas de operações de crédito	37
18 Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas	38
19 Dispêndios e despesas de pessoal	38
20 Outros dispêndios e despesas administrativas	38
21 Outros ingressos e receitas operacionais	38
22 Resultado não recorrente	39
23 Partes relacionadas	39
24 Índice de Basileia	40
25 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	40
26 Seguros contratados – Não auditado	42

Parecer Conselho Fiscal

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda, em reunião realizada no dia 17 de abril de 2024, em observância ao artigo 56 da Lei 5.764/71 e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativos dos Resultados do Exercício, demais documentos e informações pertinentes.

E, com base nos documentos analisados e nos esclarecimentos apresentados pelos representantes da CrediSIS Central e tendo em conta o parecer da auditoria independente, conforme segue: **“Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. em 31 de dezembro de 2023”**, é de parecer deste Conselho, que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais e refletem adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação dos citados documentos pela Assembleia Geral.

Ji-Paraná/RO, em 17 de abril de 2024.

CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

Felipe Abreu Moreira

Coordenador do Conselho Fiscal

Ramiro Stanley Oliveira Costa

Secretário do Conselho Fiscal

Augusto César Bianchini

Conselheiro Efetivo

Leonel Pedro Cerutti

Conselheiro Suplente

Palavra do Presidente

É gratificante chegar neste momento, olhar para trás e perceber o quanto crescemos ao longo do ano de 2023. Isso nos faz ver que nossos esforços estão focados em uma direção assertiva, que além de colhermos frutos de sementes plantadas há tempos, continuamos semeando em terra fértil e logo novos frutos virão. E, para tornar tudo isso possível, a nossa Central segue trabalhando para promover o fortalecimento das cooperativas do Sistema CrediSIS.

Em 2023, vivenciamos um ano de transição no Governo Federal, mudanças políticas e econômicas que trouxeram desafios, mas que com visão estratégica estamos transformando em oportunidades de crescimento.

Assim sendo, no ano que se passou, ampliamos nossa área de atuação para os estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Hoje o Sistema CrediSIS já atua na região Sul com uma Central Regional e três cooperativas: CrediSIS CrediPlan, CrediSIS CrediSul e CrediSIS Coopesa.

E já estamos fortalecendo nossa atuação na região Sul, com uma nova cooperativa em processo de prestação de serviço: a Creserv, Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos de Pinhão. E outra que teve seu processo de fundação liberado pelo Banco Central do Brasil, se tornando a primeira da região constituída dentro do Sistema CrediSIS: a Unindústria, que já está em processo de implantação, com a previsão de abertura de dois pontos de atendimento em 2024.

Ainda em 2023, tivemos a filiação da cooperativa Primacredi, que já estava conosco em processo de prestação de serviço. Agora, como CrediSIS Primacredi, fortalece a atuação da cooperativa e do Sistema no estado do Mato Grosso.

A nossa expansão é reflexo de um trabalho em conjunto das nossas equipes, que aplicaram melhorias e implantaram inovações. Processos e novas áreas foram estruturados dentro da Central e tudo isso



prepara o caminho para um crescimento sustentável que nos permite chegar mais longe, sempre com segurança e solidez.

As áreas de Negócios e Tecnologia foram reestruturadas e ganharam novas gerências e coordenações, proporcionando uma abordagem mais focada e estratégica para impulsionar o crescimento das cooperativas, além de otimizar nossos recursos e processos, garantindo uma infraestrutura tecnológica robusta e adaptável às demandas do mercado.

A área de Gestão de Risco e Supervisão recebeu novos profissionais que estão focados em identificar e mitigar os riscos operacionais, financeiros e regulatórios que possam afetar a integridade das cooperativas e a confiança dos associados. Isso reforça nosso compromisso com a segurança e a solidez financeira do Sistema.



Bem como a área Administrativa e Financeira que também está mais completa com a inclusão de novos profissionais e a implementação de processos aprimorados. Isso fortalecerá nossa capacidade de fornecer suporte administrativo sólido e confiável, permitindo que as cooperativas se concentrem no seu principal objetivo de servir e agregar valor aos associados.

Nossos produtos e serviços foram ampliados e atualizados. Tivemos a assinatura do contrato de eficácia junto ao BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, dessa forma, passamos a oferecer linhas de crédito com prazos mais amplos e taxas mais atrativas, com capacidade para financiamento de altos investimentos.

Também temos a grata satisfação de cada vez mais ocupar importantes espaços em órgãos estratégicos do cooperativismo de crédito. Atualmente tenho o privilégio de representar o Sistema CrediSIS no Conselho de Administração do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e na Coordenação do Conselho Fiscal da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. Ocupar essas cadeiras demonstra o compromisso e a relevância do Sistema CrediSIS no cenário do cooperativismo de crédito. Bem como

nos dá a oportunidade de representar os interesses e necessidades das cooperativas filiadas ao CrediSIS, acompanhando as políticas, diretrizes e decisões.

Em 2024, continuaremos firmes no propósito de fortalecer o Sistema CrediSIS, e com isso estar cada vez mais presente na vida dos nossos cooperados. Como Central, reforçamos o compromisso com o crescimento sustentável de cada cooperativa. Estamos focados em cultivar e ampliar parcerias com instituições financeiras e órgãos governamentais, traçar e executar estratégias que vão impulsionar a evolução do Sistema.

Tudo isso para continuarmos expandindo e fortalecendo o cooperativismo de crédito no Brasil. Afinal Cooperar é o que nos move!

Donizetti José
Presidente
CrediSIS CentralCredi

Relatório da Administração

Exercício 2023

Em conformidade com a Resolução CMN no 4.818, de 29/05/2020, e a Instrução Normativa BCB no 236, de 17/02/2022, e alinhados ao princípio fundamental da governança cooperativa, a transparência, apresentamos o relato de nossas atividades realizadas durante o segundo semestre de 2023.

Embora os grandes desafios enfrentados no ano de 2023 com a troca de governo e de política econômica que afetou a economia de todas as regiões; as situações climáticas adversas, a redução da taxa selic e cenários não muito favoráveis; as cooperativas integrantes ao Sistema CrediSIS tiveram um avanço significativo, lógico, algumas com resultados maiores, outras, com resultados menores. E, vale destacar o papel imprescindível da Central nesse processo, fornecendo sustentação e ganho de escala para as cooperativas filiadas.

A diretoria executiva da CrediSIS CENTRAL apresenta às suas filiadas, números bastante expressivos relativos ao segundo semestre de 2023 comparado ao segundo semestre do ano de 2022. As Sobras mais o Juros ao Capital resultaram em R\$ 172.587.597 equivalente a um crescimento de 52%. Em relação aos Ativos Totais, o Sistema CrediSIS atingiu a ordem de R\$ 4.541.424.977 um crescimento de 118%. Nas operações de crédito a carteira fechou na ordem de R\$ 2.930.347.700 com crescimento de 102%. Ainda no tocante à carteira de crédito, o Índice de Inadimplência ficou em 2,03%, um bom índice tendo em vista a conjuntura econômica vivida atualmente no país. No tocante ao Capital Social tivemos a ordem de R\$ 646.890.289.

Ainda sobre os números do Sistema, ficou evidente em reunião realizada em dezembro de 2023, em Brasília, com o Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil, Sr. Ailton de Aquino, a evolução do Sistema CrediSIS.

O Sistema CREDISIS investiu no ano de 2023 em torno de 29 milhões em tecnologia, proporcionando maior capacidade de atendimento a novos cooperados e novas filiações de cooperativas.

O Sistema CrediSIS completou 06 anos de instalação da sede, localizada no município de Ji-Paraná no estado de Rondônia, da qual passou por mudanças na estrutura física com a implantação de novos espaços e novas contratações, visando proporcionar às cooperativas filiadas maior agilidade no atendimento. Vale destacar que, no dia 13 de agosto de 2023 o Sistema CrediSIS completou 23 anos de existência, de um sistema genuinamente nascido na região norte, proporcionando riqueza para a região.

A nossa área de atuação compreende os estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina. O marco histórico para o Sistema no início do ano de 2023, com a incorporação da Central Cecresul, impulsionou o processo de expansão. E, no mês de outubro de 2023 o Sistema se fortaleceu ainda mais com a filiação da Cooperativa Primacredi, localizada no município de Primavera do Leste, no estado de Mato Grosso. Agora, contamos com 12 cooperativas filiadas, 71 pontos de atendimento e 70.696 mil cooperados atendidos.

Nossos canais de ouvidoria registraram no segundo semestre de 2023, 23 registros, sendo todos tratados e solucionados, prova de que o atendimento CREDISIS ao seu cooperado é diferenciado e exclusivo, construindo uma relação de confiança e respeito para o crescimento de todos.

Fornecemos aos nossos colaboradores no decorrer do ano de 2023, 258 cursos, com conteúdos voltados ao cooperativismo, melhores práticas de mercado e dentre eles, o de autoconhecimento. Prezamos por investir em capital humano, capacitando-os para maiores desafios e melhor atendimento às cooperativas singulares. Além disso, o sistema oferta cursos para a comunidade, disponíveis no portal CrediSIS Educa, dentre eles o de

cooperativismo, matemática financeira e finanças pessoais, pois, acreditamos no poder transformador do conhecimento.

Fornecemos às nossas cooperativas filiadas a criação, desenvolvimento ou contratação de produtos, serviços e tecnologias para garantir a qualidade e sustentabilidade do negócio, a saber: Agronegócio, Compensação, Comunicação e Marketing, Crédito, Estratégia de Negócios, Financeiro, Gestão de Pessoas, Infraestrutura de TI, Investimento, Soluções de Negócios, Suprimentos e administrativo e Sustentação de Sistemas. Contamos ainda com equipes qualificadas e especializadas nas áreas de supervisão, fiscalização e controle, a saber: Contabilidade, Gerenciamento de riscos, Jurídico/normas, Ouvidoria, Proteção de dados, Escritório de Projetos e Processos, Secretaria de governança e, Supervisão e controles internos. Contamos ainda com o apoio da CrediSIS Corretora de Seguros, fornecendo às nossas cooperativas os melhores produtos e serviços do mercado. Registramos ainda, o marco histórico para o sistema com a parceria junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), deferida no segundo semestre de 2023, o que nos proporciona fornecer linhas de crédito às nossas cooperativas e consequentemente aos associados, visando atender às suas necessidades.

Entendendo o significado e importância da governança e prezando pela excelência da gestão e contínua capacitação, a alta administração da CrediSIS Central participou no mês de julho de 2023 da Conferência do Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito, da qual reuniu mais de 3 mil profissionais de 60 países, em Vancouver, no Canadá para debaterem sobre os temas, a saber: inclusão financeira, inovação, ESG e impactos dos cenários políticos e macroeconômico global. Participou ainda, no mês de agosto de 2023 do intercâmbio realizado pela Confefbras, no país da Alemanha, do programa de formação executiva direcionada para dirigentes e conselheiros de cooperativas financeiras, tendo como pauta, conhecer o modelo de crédito cooperativo do país, contribuindo assim, de forma enriquecedora para as cooperativas integrantes ao Sistema CrediSIS. Os executivos do sistema participaram do 4o Fórum Integrativo da Confefbras, que visa manter o propósito de fortalecer as cooperativas financeiras, bem como do encontro Recip - Reconhecimento Inovação com Propósito, evento realizado pela Fenasbac tendo como objetivo informar à comunidade brasileira o valor do cooperativismo financeiro.

Fortalecendo os processos de representatividade e governança, o Sistema CrediSIS compõe o cargo de conselheiro fiscal junto a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito - Confefbras, bem como o cargo de conselheiro de administração junto ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop, além de participar de forma assídua das reuniões do Sistema de dois níveis, o que contribui para trocas de experiências, networking e novos conhecimentos para o Sistema CrediSIS e para as cooperativas integrantes. O Sistema CrediSIS compõe, ainda, o grupo técnico de trabalho da OCB e do projeto Confefbras Une - GT Estratégico.

Por fim, entendemos que, como gestores, não havíamos conseguido sozinhos os resultados que o sistema apresentou no exercício de 2023. E, acreditamos que a dedicação de nossos dirigentes e colaboradores trará resultados ainda maiores no ano de 2024. Agradecemos a Deus, a nossas associadas, ao apoio dos nossos colaboradores e aos nossos parceiros pela confiança. E, não poderíamos deixar de agradecer a equipe do Banco Central do Brasil que nos apoiou nesse processo de crescimento.

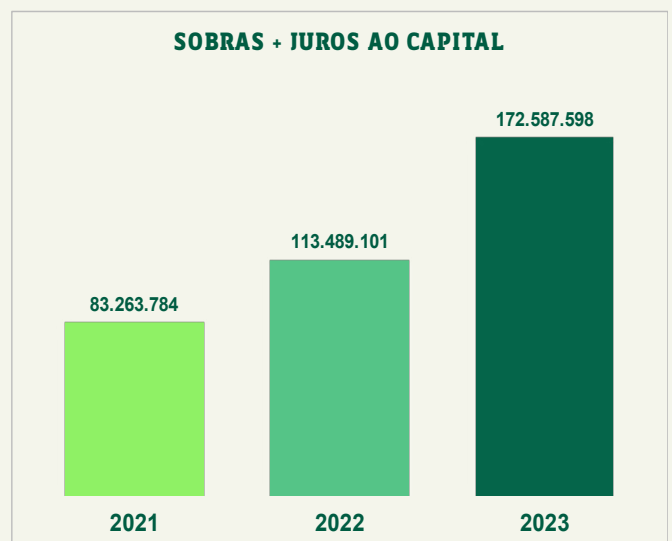
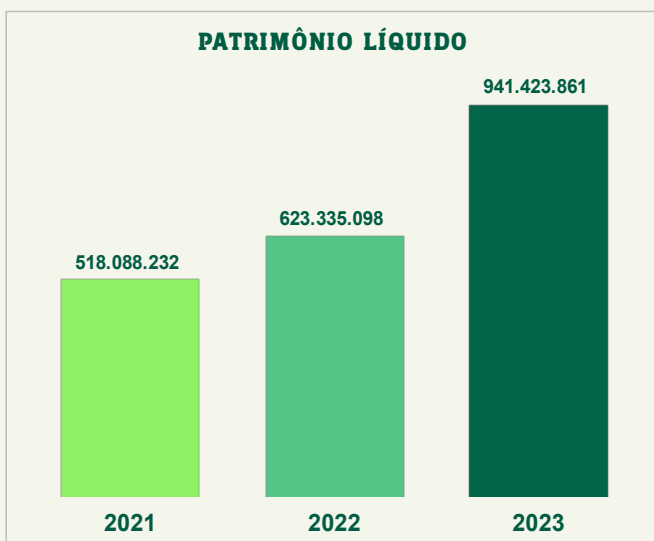
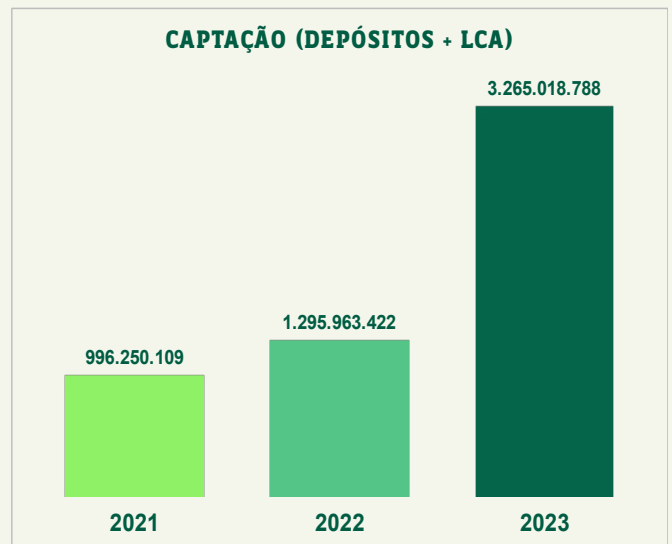
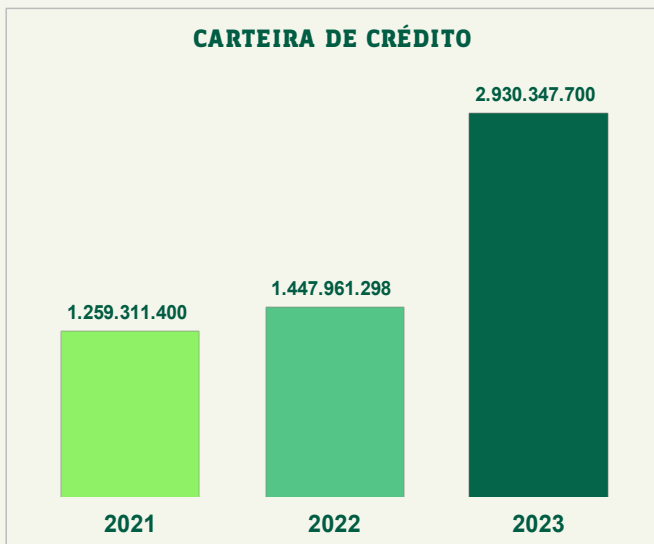
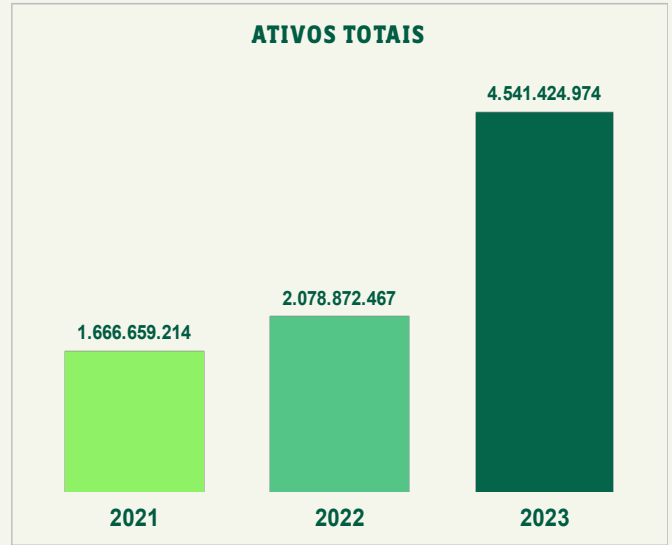
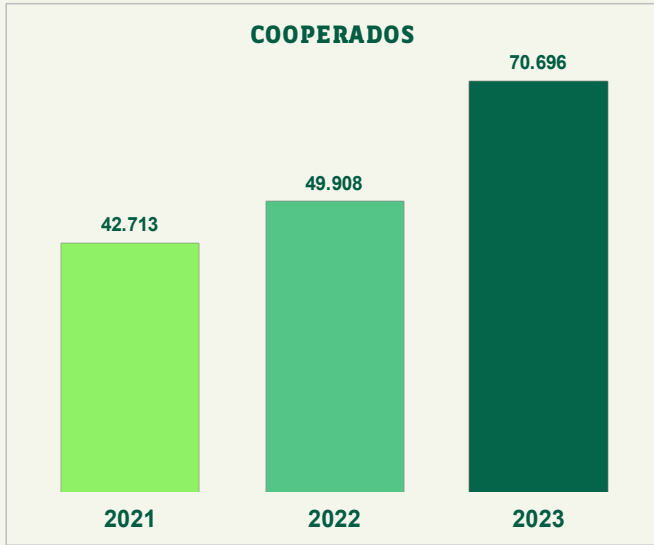
Donizetti Jose

Presidente do Conselho de Administração

Otelo Castellani Filho

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Evolução dos Resultados



Ações Sociais ESG

O Sistema CrediSIS realizou a Copa CrediSIS de Karatê. O evento foi realizado em Ji-Paraná (RO) e teve a participação de mais de 500 atletas de todo o estado rondoniense, de todas as faixas etárias. O investimento realizado na Copa, possibilitou a realização do evento, com medalhas gravadas o nosso logo. Fortalecemos a prática do esporte no estado e fizemos nossa marca presente na vida de centenas de pessoas.





Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

Aos cooperados e administradores da CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.
Ji-Paraná RO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa Central é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 23 de fevereiro de 2024

Moore Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3 S "RO"

Julio Cesar Dias

CRC 1SP8322496/O-1 S "AC"

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

Ativo	NOTA	2023	2022
Disponibilidades	4	6.966.981	189.129
Instrumentos financeiros		1.563.283.573	757.257.665
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	133.405.727	-
Títulos e valores mobiliários	6	1.107.672.460	437.689.856
Relações interfinanceiras	7	322.157.044	319.567.809
Outros ativos financeiros	14	48.342	-
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(2.468.622)	(3.276.672)
Outros ativos	9	3.134.089	3.636.144
Imobilizado de uso	10	23.984.650	22.131.820
Intangível	10	31.590.340	21.075.015
(-) Depreciações e amortizações	10	(19.603.285)	(16.430.863)
Total do Ativo		1.606.887.726	784.582.238
Passivo			
Depósitos	11	187.717.869	108.487.178
Demais instrumentos financeiros		1.289.360.836	611.670.115
Relações interfinanceiras	12	1.287.861.159	587.380.916
Outros passivos financeiros	13	1.499.677	24.289.199
Provisões	14	48.342	-
Obrigações fiscais correntes		1.110.059	665.026
Outros passivos	15	5.676.293	3.778.436
		1.483.913.399	724.600.755
Patrimônio Líquido			
	16		
Capital social		120.083.613	42.870.380
Reservas de sobras		2.191.911	6.901.900
Sobras ou perdas acumuladas		698.803	10.209.203
		122.974.327	59.981.483
Total do passivo e patrimônio líquido		1.606.887.726	784.582.238

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	NOTA	2023		2022
		2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos e receitas da intermediação financeira		78.810.657	146.237.396	70.226.341
Operações de crédito	17	3.820.881	5.878.646	4.383.629
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	23.068.772	40.690.300	16.104.070
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	51.921.004	99.668.450	49.738.642
Dispêndios e despesas da intermediação financeira		(69.397.622)	(130.111.982)	(53.254.998)
Operações de captação no mercado	11	(5.408.342)	(7.427.620)	(3.624.466)
Dispêndios de depósitos intercooperativos	12a	(64.859.268)	(123.492.412)	(46.922.760)
Provisões/Reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8b	869.988	808.050	(2.707.772)
Resultado bruto da intermediação financeira		9.413.035	16.125.414	16.971.343
Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais		(10.843.568)	(4.037.029)	(4.744.488)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	18	48.731	489.407	794.299
Rendas de tarifas	18	900	1.505	1.045
Dispêndios e despesas de pessoal	19	(14.004.798)	(24.762.355)	(16.321.079)
Outros dispêndios e despesas administrativas	20	(19.133.107)	(34.422.231)	(19.839.586)
Dispêndios e despesas tributárias		(54.399)	(72.103)	(22.132)
Outros ingressos e receitas operacionais	21	22.299.460	54.729.383	30.642.965
Outros dispêndios e despesas operacionais		(355)	(635)	-
Resultado operacional		(1.430.533)	12.088.385	12.226.855
Outras receitas e despesas		(173.886)	(2.437.228)	(194.243)
Sobras ou perdas antes da tributação		(1.604.419)	9.651.157	12.032.612
Imposto de renda e contribuição social		(12)	(6.648)	(7.924)
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(6)	(3.324)	(3.836)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(6)	(3.324)	(4.088)
(Perdas) sobras do período antes dos juros ao capital		(1.604.431)	9.644.509	12.024.688
Juros ao capital	16b	(5.017.659)	(8.937.555)	-
(Perdas) sobras do período antes das destinações		(6.622.090)	706.954	12.024.688

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
(Perdas) sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	(1.604.431)	9.644.509	12.024.688
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente	(1.604.431)	9.644.509	12.024.688

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	Capital subscrito	Reservas de sobras		Sobras acumuladas	Totais
		Reserva legal	Reserva para Contingências		
Saldos em 1º de janeiro de 2022	39.158.612	668.491	4.707.143	3.782.209	48.316.455
Destinações das sobras do exercício anterior:					
Ao FATES	-	-	-	(1.500.024)	(1.500.024)
Ao Fundo de Desenvolvimento	-	-	-	(2.282.185)	(2.282.185)
Movimentação de capital:					
Por subscrição/realização	3.711.768	-	-	-	3.711.768
Contribuições a reservas	-	-	600.000	-	600.000
Utilizações de reservas	-	-	(274.817)	-	(274.817)
Sobras do período antes das destinações	-	-	-	12.024.688	12.024.688
Destinações das sobras do período:					
Reserva legal	-	1.201.083	-	(1.201.083)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	(600.541)	(600.541)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	(13.861)	(13.861)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	42.870.380	1.869.574	5.032.326	10.209.203	59.981.483
Destinações das sobras do exercício anterior:					
Ao capital	10.209.203	-	-	(10.209.203)	-
Movimentações por incorporações	5.492.379	240.125	-	266.832	5.999.336
Constituição do Fundo de Expansão	-	-	-	(275.680)	(275.680)
Movimentação de capital:					
Por Subscrição/realização	50.984.419	-	-	-	50.984.419
Por devolução (-)	(1.578.927)	-	-	-	(1.578.927)
Contribuições a reservas	-	-	200.000	-	200.000
Utilizações de reservas	-	-	(143.796)	-	(143.796)
Reclassificação para o Fundo de Contingências	-	-	(1.838.530)	-	(1.838.530)
Liquidação do Fundo Tecnológico	3.250.000	-	(3.250.000)	-	-
Sobras do período antes dos juros ao capital	-	-	-	9.644.509	9.644.509
Utilização do FATES	-	-	-	124.372	124.372
Remuneração de juros sobre o capital próprio:					
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	(8.937.555)	(8.937.555)
Juros sobre o capital próprio, líquido	8.856.159	-	-	-	8.856.159
Destinações das sobras do período:					
Reserva legal	-	82.212	-	(82.212)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	(41.106)	(41.106)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	(357)	(357)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	120.083.613	2.191.911	-	698.803	122.974.327
Saldos em 1º de julho de 2023	71.988.469	2.109.699	-	7.320.196	81.418.364
Movimentação de capital:					
Por subscrição/realização	39.238.985	-	-	-	39.238.985
Perda do período antes dos juros ao capital	-	-	-	(1.604.431)	(1.604.431)
Utilização do FATES	-	-	-	124.372	124.372
Remuneração de juros sobre o capital próprio:					
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	(5.017.659)	(5.017.659)
Juros sobre o capital próprio, líquido	8.856.159	-	-	-	8.856.159
Destinações das sobras do período:					
Reserva legal	-	82.212	-	(82.212)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	(41.106)	(41.106)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	(357)	(357)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	120.083.613	2.191.911	-	698.803	122.974.327

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobras ou perdas antes da tributação	(1.604.419)	9.651.157	12.032.612
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(869.988)	(808.050)	2.707.772
(Ganho)/perdas por baixas de imobilizado	49.980	559.477	20.991
(Ganho)/perdas por baixas de intangível	-	19.177	-
Depreciações e amortizações	1.488.336	2.980.975	3.354.026
Sobras ou perdas antes da tributação ajustado	(936.091)	12.402.736	18.115.401
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.056.201)	(133.405.727)	106.495.402
Títulos e valores mobiliários	(340.410.042)	(669.976.491)	(168.659.519)
Relações interfinanceiras	35.313.097	(2.589.235)	(170.183.160)
Operações de crédito	-	-	(2.707.772)
Outros ativos financeiros	-	(48.342)	-
Ativos fiscais correntes	-	-	1.424
Outros ativos	(751.835)	502.055	1.704.955
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos	77.211.413	79.230.691	(5.405.872)
Relações interfinanceiras	246.363.821	700.480.243	218.194.625
Outros passivos financeiros	(33.809.120)	(22.789.522)	23.623.408
Provisões	(2.023.262)	48.342	-
Obrigações fiscais correntes	276.082	445.033	184.464
Outros passivos	(19.967.859)	(9.195.371)	(3.926.185)
Reversão de utilização de Fates	124.372	124.372	-
Imposto de renda	(6)	(3.324)	(3.836)
Contribuição social	(6)	(3.324)	(4.088)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(40.665.637)	(44.777.864)	17.429.247
Atividades de investimentos			
Aumento em investimentos em participações de cooperativas	(1.086)	(6.113)	(4.622)
Aquisição de imobilizado de uso	(723.363)	(2.240.037)	(4.918.727)
Aquisição de intangível	(5.243.457)	(10.515.325)	(16.538.766)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(5.967.906)	(12.761.475)	(21.462.115)
Atividades de financiamentos			
Aumento por novos aportes de capital	39.238.985	50.984.419	3.711.768
Devolução de capital à cooperados	-	(1.578.927)	-
Movimentações por incorporações	-	5.999.336	-
Juros sobre o capital próprio, líquido	8.856.159	8.856.159	-
Contribuições a reservas	-	200.000	600.000
Utilizações de reservas	-	(143.796)	(274.817)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	48.095.144	64.317.191	4.036.951
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.461.601	6.777.852	4.083
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.505.380	189.129	185.046
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	106.966.838	106.966.838	189.129
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	101.461.458	106.777.709	4.083

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.
Em reais

1. Contexto operacional

A Credisis – Central de Cooperativas de Crédito é uma sociedade “Cooperativa Central” de responsabilidade limitada, integrante do Sistema de Crédito Cooperativo – Credisis. Foi constituída em 13 de agosto de 2000 e tem por objetivo:

- Organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico-financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando e, orientando e auditando suas atividades;
- Proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS;
- Promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados;
- Representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse.

Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõem sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

A Cooperativa Central está sediada na Avenida Marechal Rondon, nº 1673, sala “B”, Bairro Centro – Ji Paraná – RO e tem sua área de atuação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina.

Em 6 de janeiro de 2023, o Banco Central do Brasil – BCB emitiu a aprovação do pedido de incorporação da Central das Cooperativas de Crédito Mútuo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – CECRESUL, bem como a área de atuação e a reforma estatutária decorrentes dessa incorporação, conforme matérias deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária Conjunta iniciada em 30 de junho e concluída em 16 de agosto de 2021. Os saldos incorporados foram os seguintes:

Ativo	06/01/2023
Disponibilidades	6.180.354
Instrumentos financeiros	
Títulos e valores mobiliários	291.184.582
Outros ativos financeiros	48.342
Outros ativos	28.806
Imobilizado de uso	266.485
Intangível	10.940
Total do ativo	297.719.509

Continua...

...Continuação

Passivo	06/01/2023
Demais instrumentos financeiros	
Relações interfinanceiras	285.202.719
Outros passivos	6.517.454
	291.720.173
Patrimônio líquido	
Capital social	5.492.379
Reservas de sobras	240.125
Sobras acumuladas	266.832
	5.999.336
Total do passivo e patrimônio líquido	297.719.509

Em 24 de maio de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Credisis Central, a eliminação da cooperativa SERVICOOOP - Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais do Rio Grande do Sul do quadro de associados, e no dia 14 de junho de 2023, foi comunicado ao Banco Central sobre o processo de desfiliação, e em outubro de 2023, foi aprovada a filiação da Primacredi - Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa Central autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 23 de fevereiro de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00(R2), 01(R1), 02(R2), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33(R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa Central.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022 e 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta

Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

A implementação da Resolução CMN Nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, crédito e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Cooperativa Central, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação do sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada resolução o Sistema CrediSIS revisou a estrutura para atender a norma e contratou a empresa de Consultoria BIP para a Implantação da Resolução CMN 4.966/21 e revisou o cronograma contendo as etapas até sua entrada em vigor, sendo:

- **Etapa 01 (2024):** Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios da Cooperativa Central e características contratuais dos fluxos de caixa.
- **Etapa 02 (2024):** Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Simplificado) - Considerando o enquadramento da instituição como S4, o modelo de impairment de ativos financeiros será realizado considerando o modelo simplificado aplicável para instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5, conforme definição do Banco Central.
- **Etapa 03 (2024):** Sistemas - Desenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência R4966) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- **Etapa 04 (2024):** Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- **Etapa 05 (2024):** Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.

- **Etapa 06 (2024):** Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN No 4.966/21.

Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i. Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii. Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii. Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/2023, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Não há outras normas a serem aplicadas em períodos futuros que a Cooperativa tenha avaliado impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

2.2. Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa Central em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa Central foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa Central no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa Central incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa Central monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o dinheiro em caixa e os depósitos bancários.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação e classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa Central em mantê-los até o vencimento, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. As aplicações interfinanceiras e parte dos títulos e valores mobiliários garantem operações de repasses de recursos de crédito rural e produtos financeiros operados com instituições financeiras oficiais, entre eles, compensação, cartão de crédito e débito e correspondente bancário. A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Também estão registradas em títulos e valores mobiliários, a participação em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP.

e) Relações interfinanceiras – Repasses interfinanceiros

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa Central constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles,

pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

g) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

h) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa Central na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

i) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Depósitos

Os depósitos interfinanceiros são atualizados pela valorização da quantidade depositada na data do balanço. Os depósitos sob aviso têm sua movimentação condicionada a aviso prévio e é apresentado pelo valor de exigibilidade, considerando os encargos exigíveis até a data do balanço.

k) Relações interfinanceiras - passivo

A centralização financeira compreende as sobras de caixa das cooperativas filiadas não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, não tendo vencimento, portanto, classificados no passivo circulante. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades.

l) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa Central quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa Central revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

n) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 584.556.260. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 671.558.882. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 87.002.622.

o) Impostos e contribuições

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre os ingressos e receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

p) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

q) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa Central ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

r) Instrumentos financeiros

A Cooperativa Central opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, depósitos interfinanceiros e relações interfinanceiras – centralização financeira.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa Central não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	6.966.981	189.129
	6.966.981	189.129

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2023		Total
	Circulante	Não circulante	
Letras do Tesouro Nacional (i)	-	99.999.857	99.999.857
Aplicações interfinanceiras CDI (ii)	33.405.870	-	33.405.870
	33.405.870	99.999.857	133.405.727

- Trata-se de aplicações em Letras do Tesouro Nacional, com rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia “Selic”, classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa Central em mantê-los até o vencimento, que ocorrerá em outubro/2025.
- Trata-se de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) no Bancoob e BTG Pactual, remunerados à taxa média de 104% do CDI. Os certificados foram aplicados em 2023 e possuem vencimento final em junho/2024.

Foi registrado no resultado do exercício de 2023, rendimentos em ingressos da intermediação financeira - aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 40.690.300 (R\$ 16.104.070 registrado até abril/2022, quando ocorreu o vencimento da LTN adquirida).

6. Títulos e valores mobiliários

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Títulos de renda fixa						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	19.992.980	328.850.377	348.843.357	55.475.607	27.445.511	82.921.118
Letras Financeiras (ii)	3.106.119	119.681.939	122.788.058	58.925	15.598.532	15.657.457
Cotas de fundos de investimento (iii)	340.911.212	-	340.911.212	180.788.499	-	254.018.778
Vinculados à prestação de garantias (iv)	170.522.200	124.547.385	295.069.585	96.496.877	61.771.770	85.038.368
Participações em cooperativas (v)	-	60.248	60.248	-	54.135	54.135
	534.532.511	573.139.949	1.107.672.460	332.519.908	104.869.948	437.689.856

- Trata-se de recursos investidos em Letras Financeiras do Tesouro – LFT e Letras do Tesouro Nacional – LTN, com rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia “Selic”, mantidos para carteira de negociação. São remunerados à taxa média de 100% da Selic. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Possuem vencimento final em março/2029.
- Trata-se de Letras Financeiras emitidas por bancos privados, classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa Central em mantê-las até o vencimento, que ocorrerá em julho/2028.
- Trata-se de aplicações em cotas de fundos de renda fixa de instituições privadas sem vencimento. São mensurados com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos, e estão custodiados na CETIP/B3. Sendo remunerados em média à 106% do CDI.
- Trata-se substancialmente de recursos de títulos e valores mobiliários vinculados à garantia das operações DIR, operações com cartão de crédito e convênio das cooperativas associadas, não podendo ser resgatados antecipadamente.
- Trata-se de investimentos da Cooperativa Central em outras instituições, sendo a Credisis Corretora e Administradora de Seguros Ltda, Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – Confebras e outras participações. A partir de 1/7/2022 os saldos de participações de cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

Foi registrado no resultado do exercício de 2023, rendimentos em ingressos da intermediação financeira – títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 99.668.450 (R\$ 49.738.642 em 2022).

7. Relações interfinanceiras

a) Composição do saldo

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Banco Central - conta de pagamento instantâneo (i)	135.937.181	-	135.937.181	211.286.498	-	211.286.498
Repasse interfinanceiros (ii)	76.822.244	109.397.619	186.219.863	48.542.305	59.739.006	108.281.311
	212.759.425	109.397.619	322.157.044	259.828.803	59.739.006	319.567.809

- i. Refere-se aos recursos de conta de Pagamento Instantâneo do PIX junto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) do Banco Central do Brasil (BCB). Os rendimentos foram registrados em ingressos e receitas da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez.
- ii. Refere-se aos recursos oficiais voltados ao crédito rural repassados às cooperativas associadas. Foi registrado no resultado do exercício de 2023, em ingressos e receitas da intermediação financeira - operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 5.878.646 (R\$ 4.383.629 em 2022) (nota 17).

b. Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2023	2022
		Vincendas	Vincendas
B	1,0	155.898.709	107.877.984
C	3,0	30.321.154	107.877.984
D	10,0	-	403.327
		186.219.863	108.281.311

c. Composição do não circulante por ano de vencimento.

Nível de risco	2023	2022
2024	-	47.537.354
2025	109.397.619	12.201.652
	109.397.619	59.739.006

d. Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 2.719.763 (R\$ 2.720.799 em 2022), e em sua maioria encontra-se em processo de cobrança judicial. Trata-se de operações de crédito cedidas pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo do Estado de Rondônia (Policredi), cooperativa não filiada.

S. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição do saldo

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	(1.033.283)	(1.435.339)	(2.468.622)	(1.484.502)	(1.792.170)	(3.276.672)
	(1.033.283)	(1.435.339)	(2.468.622)	(1.484.502)	(1.792.170)	(3.276.672)

b. Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2023	2022
Saldo inicial	(3.276.672)	(568.900)
Constituição da provisão para perdas em repasses interfinanceiros	(692.833)	(3.219.214)
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	-	(732.272)
Reversão de provisão para repasses interfinanceiros	-	511.442
Reversão de provisão para operações de crédito	1.500.883	732.272
Saldo final	(2.468.622)	(3.276.672)

9. Outros ativos

Descrição	2023	2022
Adiantamentos e antecipações salariais	16.565	26.193
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	160.185	350
Adiantamentos por conta de imobilizações	1.021.632	443.966
Pagamentos a ressarcir (i)	87.316	321.446
Devedores diversos - País	117.824	1.666.740
Material em estoque	200.904	261.917
Despesas antecipadas (ii)	1.529.663	915.532
	3.134.089	3.636.144

- i. Refere-se a valores a receber do rateio dos dispêndios gerais líquidos da Cooperativa Central, ressarcidos pelas associadas (nota 21 (i)).
- ii. Refere-se, substancialmente, a renovação de licenças e garantias, pagos antecipadamente.

10. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação acumulada	2023	2022
				Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Imobilizações em curso	-	964.029	-	964.029	461.386
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	19.533.359	(13.883.286)	5.650.073	6.764.305
Veículos	20%	326.400	(196.690)	129.710	175.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.819.451	(1.415.811)	1.403.640	1.658.200
Imóveis	4%	341.411	(162.635)	178.776	-
		23.984.650	(15.658.422)	8.326.228	9.059.381
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	20%	6.003.043	(3.944.863)	2.058.180	1.294.976
Softwares em desenvolvimento (i)	-	25.587.297	-	25.587.297	16.421.615
		31.590.340	(3.944.863)	27.645.477	17.716.591
		55.574.990	(19.603.285)	35.971.705	26.775.972

- i. A Cooperativa Central está em processo de migração e reestruturação do código fonte, para o aprimoramento dos produtos e serviços atuais, além de iniciativas estratégicas voltadas para a expansão e eficiência.

11. Depósitos

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Depósitos interfinanceiros (i)	76.474.665	109.543.204	186.017.869	49.074.989	59.412.189	108.487.178
Depósitos sob aviso (ii)	1.700.000	-	1.700.000	-	-	-
	78.174.665	109.543.204	187.717.869	49.074.989	59.412.189	108.487.178

- i. Recursos tomados em instituições financeiras na forma de Depósito Interfinanceiro Rural (DIR), com prazo máximo de vencimento em setembro/2025. As taxas variam de 1,58% a 11,62% ao ano.
- ii. Recurso referente aporte de capital social inicial da cooperativa CrediSIS Unindústria, com sede em Concórdia/SC, que está em processo de constituição.

Foi registrado no resultado do exercício de 2023, em dispêndios e despesas da intermediação financeira - operações de captação no mercado, dispêndios no montante de R\$ 7.427.620 (R\$ 3.624.466 em 2022).

12. Relações interfinanceiras

a) Composição do saldo

Descrição	2023	2022
Centralização financeira	1.287.861.159	587.380.916
	1.287.861.159	587.380.916

A Circular BCB nº 3.238/2004 criou, no plano contábil das instituições financeiras – COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas associadas para a Cooperativa Central. Até 31 de dezembro de 2022, a remuneração era de 70% do Certificado de Depósito Bancário (CDI) para as aplicações com cumprimento da reserva de liquidez e de 98% do CDI para as aplicações excedentes, com o total de 8 cooperativas filiadas. A partir de janeiro de 2023, passou a remunerar 100% do CDI para as aplicações e excedentes, com 12 cooperativas filiadas.

Foi registrado no resultado do exercício de 2023, em dispêndios e despesas da intermediação financeira - dispêndios de depósitos intercooperativos, o montante de R\$ 123.492.412 (R\$ 46.922.760 em 2022).

b. Concentração da centralização financeira

	2023		2022	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	269.215.461	21%	214.060.949	36%
Dois maiores depositantes	526.711.077	42%	387.980.329	66%
Demais depositantes	761.150.081	58%	199.400.586	34%

13. Outros passivos financeiros

Descrição	2023	2022
Recursos em trânsito de terceiros (i)	136.342	21.857.715
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.363.335	2.431.484
	1.499.677	24.289.199

- i. Em 2022, a Cooperativa Central havia firmado convênio com cooperativas, das quais mantinham saldo de centralização financeira para efetuar as transações para realizações de serviços administrativos, técnicos, operacionais, disponibilização de produtos, convênio de integração à Compe e SPB, entre outros. Essas cooperativas se filiaram em 2023, passando a utilizar da centralização financeira da Cooperativa Central (nota 12).

14. Provisões

Descrição	2023
Passivos fiscais	48.342
	48.342

Trata-se de ações da cooperativa Central Cecresul incorporada, cujo valor discutido possui depósito judicial contabilizado em outros ativos financeiros.

Segundo os assessores jurídicos, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa Central figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 42.719. Essas ações abrangem, basicamente, processos cíveis.

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa Central está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa Central não possui outros processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2023 e em 2022.

15. Outros passivos

Descrição	2023	2022
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	120.831	614.402
Fundos voluntários (ii)	1.658.871	-
	1.779.702	614.402
Negociação e intermediação de valores	21.829	-
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	3.798.755	2.663.101
Credores diversos no País	76.001	495.835
	3.874.756	3.158.936
Outros passivos	6	5.098
	5.676.293	3.778.436

- i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN.
- ii. Do montante, R\$ 1.568.393 refere-se ao Fundo de Contingências, criado na AGE de abril/2021 e anteriormente contabilizado no Patrimônio Líquido, e R\$ 90.478 refere-se ao Fundo de Desenvolvimento da Regional Sul (Fundo de Expansão), criado na AGE de março/2023, para fins de garantir recursos para cobrir dispêndios com projetos de expansão das cooperativas oriundas da incorporação da Central Cecresul.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa Central, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é representado por quotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes na Cooperativa Central, exceto aquelas impedidas por desacordo estatutário.

Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa Central conta com 12 associadas (8 em 31 de dezembro de 2022).

Em 2023, a Cooperativa Central aumentou seu capital social no montante de R\$ 50.984.419, com recursos provenientes de suas associadas (R\$ 3.711.768 em 2022), R\$ 5.492.379 por meio de incorporação e R\$ 3.250.000 proveniente da liquidação do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico. Ocorreram devoluções em 2023, devido a eliminação da cooperativa SERVILOOP, no montante de R\$ 1.578.927 (nota 1).

O capital social da Cooperativa Central é de R\$ 120.083.613 e de R\$ 42.870.380 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado.

b. Juros ao capital

Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício.

c. Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de março de 2023, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2022, de R\$ 10.209.203 para o capital social.

17. Receitas de operações de crédito

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de financiamentos rurais	3.819.845	5.873.027	3.564.745
Rendas de adiantamento a depositantes	-	4.583	67.492
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.036	1.036	1.305
Rendas de empréstimos	-	-	750.087
	3.820.881	5.878.646	4.383.629

18. Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Prestação de serviços			
Rendas de outros serviços	48.731	489.407	794.299
Rendas de tarifas			
Rendas de tarifas bancárias – PJ	900	1.505	1.045
	49.631	490.912	795.344

19. Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de pessoal – proventos	(7.356.089)	(12.978.661)	(8.557.199)
Despesas de pessoal – encargos sociais	(2.538.161)	(4.649.783)	(3.232.316)
Despesas de pessoal – benefícios	(2.428.951)	(4.198.627)	(2.532.232)
Despesas de honorários – Conselho de Administração e Diretoria	(523.142)	(1.630.136)	(1.816.501)
Despesas de pessoal – treinamentos	(1.099.055)	(1.169.607)	(65.420)
Despesas de honorários – Conselho Fiscal	(59.400)	(135.541)	(117.411)
	(14.004.79\$)	(24.762.355)	(16.321.079)

20. Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	(11.998.046)	(20.909.634)	(8.973.439)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(2.661.298)	(4.821.921)	(2.413.291)
Depreciações e amortizações	(1.488.336)	(2.980.975)	(3.354.026)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(870.421)	(1.564.861)	(2.688.467)
Transporte	(502.389)	(1.073.948)	(23.464)
Aluguéis	(447.341)	(933.581)	(405.479)
Manutenção, conservação de bens e material	(182.489)	(405.323)	(204.244)
Serviços do sistema financeiro	(162.300)	(299.639)	(293.839)
Água, energia e gás	(137.869)	(261.274)	(184.953)
Viagem no país	(159.175)	(230.921)	(770.414)
Comunicações	(95.828)	(197.590)	(157.810)
Seguros	(33.907)	(53.985)	(28.570)
Serviços de vigilância e segurança	(9.448)	(20.396)	(14.232)
Outras despesas administrativas	(384.260)	(668.183)	(327.358)
	(19.133.107)	(34.422.231)	(19.839.586)

21. Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio de despesas entre Central e filiadadas (i)	17.116.276	46.502.642	25.624.529
Ressarcimento Despesas Cooperativas (i)	4.792.862	7.423.517	-
Recuperação de encargos e despesas (i)	390.322	593.840	3.434.736
Ressarcimento Compartilhamento de Infraestrutura (i)	-	164.600	1.533.700
Outras	-	44.784	50.000
	22.299.460	54.729.383	30.642.965

22. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2023.

23. Partes relacionadas

A Cooperativa Central possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas associadas, ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 12 cooperativas associadas, sendo instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da Cooperativa Central e também seus donos.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa Central e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim descritas:

Descrição	2023	2022
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 7)	76.822.244	48.542.305
Outros ativos	186.887	1.078.438
Ativo não circulante		
Relações interfinanceiras (nota 7)	109.397.619	59.739.006
Passivo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 12)	1.287.861.159	587.380.916
Outros passivos	73.351	414.234
Patrimônio Líquido		
Capital Social (nota 16a)	120.083.613	42.870.380

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Principais operações:			
Ingressos			
Ingressos com intermediação financeira (nota 17)	3.819.845	5.873.027	4.382.324
Outros ingressos e receitas operacionais (nota 21)	22.299.460	54.684.599	30.592.965
Dispêndios			
Operações de captação no mercado (nota 12)	(64.859.268)	(123.492.412)	(46.922.760)

Na relação Cooperativa Central e associadas existem direitos, como propor ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, medidas de interesse geral ou da própria associada; votar e concorrer, nos termos dispostos no Estatuto e no Regimento Interno, aos cargos eletivos da Cooperativa Central; demitir-se da Cooperativa Central quando lhe convier; beneficiar-se dos serviços que a Cooperativa Central estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos; e também há deveres

como subscrever e realizar as quotas-partes do capital social na Cooperativa Central; satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Cooperativa Central; satisfazer, pontualmente, os compromissos perante a Cooperativa Central; cumprir as disposições legais, estatutárias e normativas e respeitar as resoluções do Conselho de Administração e as deliberações da Assembleia Geral da Cooperativa Central.

a. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no exercício 2023, montaram a R\$ 1.765.677 (R\$ 1.933.912 em 2022).

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	2023	2022
Patrimônio de Referência- PR	95.328.849	42.264.893
RWA para Risco de Crédito - RWACPAD	333.315.084	162.315.389
RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	116.129.125	22.884.455
RWA para Risco Operacional - RWAOPAD	21.278.107	11.734.934
RWA total	470.722.316	196.934.778
Parcelas de Riscos	37.657.785	15.754.782
Adicional Capital Principal ACP (i)	11.768.058	3.938.696
Total Parcelas + ACP	49.425.843	19.693.478
Índice de Basileia - IB	20,25%	21,46%

25. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, sob a seção "Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

a. Risco Operacional:

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

b. Risco de Crédito:

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

c. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d. Risco de Mercado:

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

e. Risco Social, Ambiental e Climático (SAC):

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de violações de direitos coletivos, impactos ambientais, uso inadequado de recursos naturais e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

f. Risco de Conformidade:

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

g. Gestão de Continuidade do Negócio:

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

h. Gerenciamento de Capital:

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

26. Seguros contratados – Não auditado

A administração da Cooperativa Central adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Donizetti José

Presidente
CPF 113.568.712-91

Rodrigo Cassiano dos Santos

Contador CRC: RO009276/O-4
CPF: 851.693.312-15

Farid Milet Nassarela Junior

Diretor responsável pela área contábil
CPF 768.937.072-15



Acesse nosso site!

www.credisis.com.br